

Hispanismo e identidade nacional nas páginas da *Revista de Derecho, Historia y Letras*

Camila Bueno Grejo¹
Universidade Estadual de Londrina
camila_grejo@hotmail.com

A definição da nacionalidade argentina, especialmente após a consolidação do Estado nacional em 1880, transformou-se numa questão imperativa para a elite política e intelectual. Na *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)* fica bastante evidente a necessidade não apenas de discutir a questão, mas, também, de apontar soluções que acenassem no sentido de contribuir para uma definição acerca daquele que era considerado o maior entrave à construção da identidade nacional argentina: a imigração massiva. Nesta comunicação, buscaremos discutir o empenho da intelectualidade argentina em construir a almejada nação diante do grande afluxo de estrangeiros e quais os instrumentos por ela utilizados, sua implicação na política nacional e a repercussão que encontrou nas páginas da *RDHL*.

Com a consolidação do Estado nacional, novas questões se apresentavam como preocupações à elite política e intelectual que incumbiu a si própria a tarefa de aliar o desenvolvimento do país à construção de uma nacionalidade que o representasse. Portanto, a partir da primeira administração de Roca², a Argentina integrava sua economia ao mercado externo com uma volumosa produção de cereais e carne que tinha como destino o mercado consumidor europeu. A Campanha do Deserto (1879) já havia afastado a hostilidade indígena e permitido a integração de terras das fronteiras à produção agropecuária; outrossim, levou à escassez de mão de obra e à necessidade da cooptação de novos braços para moverem a economia do país, questões solucionadas pelo fomento do Estado à imigração massiva de europeus, consolidando a inserção da Argentina nos moldes capitalistas vigentes.

O impacto imigratório ultramarino e o processo modernizador integram o conjunto de fatores que devem ser considerados quando se examinam as alternativas vinculadas ao processo conformador do capitalismo argentino e, por isso, os estudos sobre a imigração são imprescindíveis para identificar e compreender os sujeitos

sociais que protagonizaram esse processo.

No imaginário da elite política e intelectual, incumbida de construir a nação argentina moderna, a instalação de estradas de ferro inglesas e a atração de imigrantes eram pré-requisitos para pôr em marcha o progresso e transformar as bases socioculturais do país. Entendemos, portanto, que o projeto pró-imigração não foi gestado a partir do passado colonial, mas contra este, uma vez que, desde seu início, estava apoiado na ideia de transformar a herança *criolla* e hispânica, conforme difundido por Juan Bautista Alberdi.

Na obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*³, Alberdi defendia a máxima “governar é povoar”, plasmada no artigo 25 da Constituição nacional de 1853, ressaltando a obrigação do Estado em fomentar a imigração, especialmente a de caráter agrícola, destinada a ampliar a produção de cereais no país. A ferramenta legal que sistematizou a política imigratória foi a Lei nº 817 de Imigração e Colonização aprovada em 1816, também conhecida como “Lei Avellaneda”, a qual foi reforçada pela Lei da Província de Buenos Aires em 1877, com vistas a criar centros agrícolas no país.

Todavia, a euforia vivida pela sociedade argentina com relação ao fenômeno imigratório logo se converteu em uma dupla problemática, uma vez que os imigrantes eram necessários ao desenvolvimento econômico do país, mas, ao mesmo tempo, ameaçavam a ordem política instaurada. Segundo Halperín Donghi, já no final do século XIX se ouvia o argumento que ganhou força no início do XX, de que os estrangeiros seriam os responsáveis por introduzir a noção de luta de classes em um país que a ignorava, pois não a achava necessária, uma vez que se tratava de uma sociedade que oferecia igualdade de oportunidades.

Na década de 1880, a grande corrente imigratória contribuiu para a formação de uma sociedade composta por elementos distintos, interpretada como uma ameaça aos olhos da elite argentina. O elemento estrangeiro deveria desempenhar uma função fundamental para a realização do projeto nacional e, por isso, sua fixação na sociedade argentina deveria ocorrer dentro de limites estritamente fixados. Cornblit ressalta que a elite de 1880 concebia aquele momento a partir do desenvolvimento acelerado promovido por uma minoria ilustrada no qual as grandes massas *criollas* ou nativas deveriam ser inseridas com o mínimo possível de opiniões sobre as decisões

econômicas e políticas, evidenciando a hipótese de que as leis de regulamentação da imigração deveriam funcionar como um instrumento de controle da massa imigratória⁴.

Os imigrantes eram, contudo, atores de diferentes processos e protagonistas de ao menos duas histórias simultâneas. Não eram apenas mão de obra vital para uma economia em expansão, estrangeiros a se incorporar a uma sociedade com diferentes graus de integração e conflito, potenciais cidadãos de um sistema político em transformação e integrantes de uma nação em formação, mas, além disso, eram membros de outras nações distintas, também em formação e, por isso, requeridos pelos Estados nacionais de origem, os quais zelavam por sua população.

Outrossim, no final do século XIX, as nações mais poderosas buscavam se afirmar como potências e a Argentina constituía-se numa nação nova, ainda em processo de formação, o que contribuía para que sua elite política e intelectual se sentisse ameaçada diante das mudanças sociais que se operavam no período de imigração aluvional.

Na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, a imigração representou um assunto de importante repercussão, uma vez que evidenciava as atitudes do governo argentino e a direção para qual caminhava não apenas a política, mas a organização da sociedade e a construção da identidade nacional de um país que havia passado de um “deserto” para um “mar de multidões”.

Sem dúvida, o fator emblemático recaía sobre a sensação de desagregação social. A debilidade dos traços que compunham o caráter nacional argentino era destacado a partir das tentativas dos estrangeiros de construir, a partir de vastos e crescentes conjuntos imigratórios, outras identidades coletivas. Diante disso, a elite argentina via a rápida transformação da sociedade como a dissolução do nacional, sobretudo porque se observou em alguns grupos de estrangeiros a aparição de novas práticas culturais, destinadas a conservar os traços nacionais de origem como a língua, a tradição ou a história e a fomentar os laços afetivos de adesão às velhas pátrias como parte do movimento de afirmação da nação que se desenvolvia em seu país de origem.

Podemos afirmar, portanto, que no final do século XIX o governo argentino adotou medidas que buscavam, ao mesmo tempo, construir a idealizada nacionalidade e minar quaisquer possibilidades de formação de outras identidades

diferentes daquela que buscava legitimar. Contudo, partindo de uma perspectiva econômica ainda havia a necessidade de braços para o trabalho e, dessa forma, as portas do país continuariam abertas aos imigrantes e seriam dissipados os temores suscitados pelos potenciais requerimentos de seus Estados de origem.

A escola pública, laica e obrigatória foi idealizada como um instrumento que deveria transformar os filhos dos imigrantes em seres argentinos a partir da instrução primária, cuja finalidade era a de incorporar os imigrantes e recuperar a “argentinidade”. Pela utilização de símbolos como a bandeira, o hino e o escudo nacional, da história nacional e das instituições políticas, o governo pretendia assimilar os filhos dos estrangeiros, acreditando que, quando aqueles se vissem rodeados pelos símbolos nacionais e pela exaltação dos heróis pátrios, passariam a sentir-se pertencentes à nação argentina. Seguindo essa perspectiva, o ensino da história nacional deveria mostrar o caminho percorrido pelos grandes personagens e despertar um sentimento de pertencimento à pátria.

Conforme demonstrou Stella Franco, na virada do século XIX para o XX, em razão do surgimento na Argentina dos movimentos anarquista e socialista e com a realização das primeiras greves de trabalhadores a partir de 1895, as elites começaram a temer a desordem social. A preocupação em forjar a consciência nacional se ampliava na medida em que as elites associavam os imigrantes aos movimentos sociais desencadeados desde o final do século XIX. Nesse contexto, o ensino da história nacional, da instrução cívica e do idioma nacional eram meios buscados para “argentinizar” o elemento estrangeiro, ou seja, formas de integrá-lo à sociedade argentina.

A partir da reforma do Conselho Nacional de Educação (CNE), a história pátria passou a ser abordada a partir de uma perspectiva que buscava recuperar as tradições e o ensino da história nacional era concebido como um meio de assimilar imigrantes e promover a consciência nacional, processo que se intensificou no século XX. Esse órgão também foi responsável por construir museus e escolas, ritualizar os atos escolares, erigir monumentos e difundir os símbolos pátrios. Estanislao Zeballos, em companhia de Bartolomé Mitre, Julio Argentino Roca, Ramón Cárcano e Adolfo P. Carranza, integrou a comissão para a criação de um museu histórico convertendo os objetos do passado em relíquias, pontes emocionais que os uniam a uma história

lendaria que começava a ser escrita, que precisava ser escrita.

Em discursos proferidos como presidente da Câmara dos Deputados em 1887 e posteriormente publicados na *RDHL*, Zeballos alertava sobre a indiferença cívica observada nas escolas. Àquela época, já havia sido sancionada a Lei 1420 que estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário, mas, para ele, o sistema educacional público ainda não estava completo e apontava a falta de infraestrutura adequada e de uma maior área de cobertura geográfica. Segundo Sánchez, a escola argentina se encontrava em desvantagem frente à escola subvencionada pelos estrangeiros, ainda que fosse uma situação que começava, lentamente, a ser corrigida, já que foram necessários vários anos para que a matrícula escolar fosse ampliada e que a influência do Estado fosse consolidada em todo o sistema educativo.

Em 10 de dezembro de 1900, Zeballos fora eleito pelo Conselho de Educação de Córdoba para atuar como seu representante no Congresso Pedagógico e seu discurso, prontamente reproduzido na *RDHL*, destacava o momento crucial do evento:

El Congreso se reúne en un momento histórico de la evolución argentina, en el momento en que todas las tendencias e ideales morales, políticos y sociales, están empeñadas en la lucha para apoderarse del espíritu público y dirigirlo.⁵

A existência de um sistema educativo bem estruturado, de amplo alcance e eficácia tanto pedagógica quanto moral, era interpretada como fundamental para a sobrevivência do projeto nacional. A revista transmitia a ideia de que havia um temor de que a sociedade em processo de formação se afastasse dos ideais da Revolução de Maio de 1810 e adotasse um outro caráter em decorrência da caótica e viciosa influência das massas imigratórias:

Por eso corremos el peligro de que esta sociedad en embrión se sienta arrastrada por una dirección vigorosa, de sorpresa, que lejos de responder a los ideales de Mayo, nos lleve a una resultante que no cuadre a nuestras tendencias, ni a nuestros anhelos y que ocasione, cualquier día, perturbaciones profundas a la manera como sorprenden las grandes crisis sociales a los pueblos descuidados.⁶

Podemos notar uma grande preocupação com a ordem, a qual parecia cada vez mais insegura, pois estava assentada sobre uma base instável e potencialmente explosiva. Neste contexto, o estímulo à educação fora projetado com vistas a definir

uma tradição uniforme, dirigida e dominada pelos intelectuais liberais que buscavam, tal como enunciou Zeballos, definir a tradição nacional nos moldes da própria Constituição Nacional:

La lucha por dirigir la educación, que representa grandes sumas de poder, de riqueza y de influencia, actuando persistentemente sobre el espíritu público argentino, debe tener su principio y su fin en los orígenes y en las tendencias de nuestra constitución.⁷

Contudo, Zeballos insistia que ainda faltava à educação um alcance verdadeiramente nacional que tornasse possível uniformizar cultural e politicamente o país:

No hay sino un medio de defender de cualquier peligro a nuestra nacionalidad, en el pasado y en el porvenir, del punto de vista educacional: el de declarar que los ideales de la educación correspondan al Estado, prestigiando el sistema que dirige el Consejo Nacional con sus delegaciones federales en el resto de la República, combinadas con los consejos de las provincias. Éste es el sistema de educación de la carta fundamental. ¡Él ofrece amplias seducciones para todos los anhelos y creencias, porque a todos los comprende y a todos asegura los beneficios de las garantías y libertades declamadas! [...] Es el único sistema que dará homogeneidad al sentimiento nacional y que habilita para ejercitar los derechos acordados por nuestra constitución, en un ambiente de fundadora libertad de pensamiento y de acción, para todos los hombres y para todas las creencias, acordando a cada uno su legítimo lugar. Es la vía para alcanzar el equilibrio de las influencias e intereses contradictorios al amparo de la dirección uniforme de los destinos de nuestra nacionalidad.⁸

O empenho em enaltecer a nação que se buscava construir ecoava nas páginas da revista, tal como em um artigo do próprio Zeballos, publicado no ano de 1900, que pretendia rastrear as origens do escudo e das cores nacionais definidos pela Assembleia de 1813. A grande preocupação detectada estava relacionada à adulteração que teriam sofrido ao longo do tempo e à questão de como o caráter nacional daquele símbolo pátrio teria sido possivelmente corrompido pela atuação de funcionários e artesãos:

Los atributos nacionales corren de tal manera adulterados por eliminación de caracteres o por adiciones y variantes arbitrarias y a las veces ridículas, que aún las personas instruidas se preguntan a menudo: ¿cuál es el verdadero escudo nacional?⁹

Zeballos parecia obstinado a resgatar a pureza dos “emblemas sagrados da pátria”, transformados pela “fantasia” de artesãos, arquitetos e pedreiros, muitos deles

estrangeiros, uma vez que a tentativa de descobrir quais as verdadeiras cores nacionais encobria uma questão de fundo, esta sim, mais geral e complexa e da qual se ocupou enquanto diretor da *RDHL*: qual era a verdadeira nacionalidade?

A *RDHL* evocava o Estado para assumir o protagonismo e se impor sobre as “vontades dispersas e forças centrífugas” que atuavam no país e competiam com a educação patriótica, apontada como única expressão genuína do Estado nacional e do projeto liberal que parecia naufragar. Em outro discurso, pronunciado durante a inauguração do novo Conselho Escolar do Distrito Norte da Capital, realizado na escola Sarmiento, Zeballos reconhecia que deveriam ser impostos limites à liberdade de pensamento e de ensino, de forma a garantir o êxito do projeto nacional:

... en la misma capital de la República, en este distrito central, se agitan y desarrollan diversos y antagónicos ideales educativos. Advertiríamos que mientras el uno cultiva la sencillez igualitaria de nuestro sistema político, preparando los niños para la vida de ciudadanos libres, el otro fomenta las preocupaciones de clases, la anarquía social y la subordinación del ciudadano a influencias y a disciplinas que enfrían el sentimiento patriótico y lo desvían de los ideales democráticos. Estas tendencias, abusos de la libertad de enseñar, subsisten porque la Nación carece de un ideal definido y de una acción resuelta en materia de educación. La libertad de pensamiento y de enseñanza reconocen un límite: el culto patriótico, cuya Biblia es la constitución federal.¹⁰

As escolas de estrangeiros eram um elemento preocupante. Porém, os centros anarquistas representavam maior ameaça aos ideais da elite dirigente. Por rechaçar a existência de toda a organização estatal, baseada no poder e na autoridade, as escolas libertárias colidiam com as públicas, pois não as reconheciam, mas combatiam e refutavam o ideal patriótico que as sustentavam.

Os anos que antecederam a comemoração do Centenário da Independência foram marcados por grandes manifestações patrióticas na *RDHL*. A imigração continuava presente, porém, passou a ser discutida de uma forma mais branda pela publicação. A defesa da nacionalidade continuou a ser o principal objetivo da revista, que passou a dar maior destaque às políticas educacionais – que não representavam uma novidade no discurso de Zeballos – e às comemorações do Centenário da Independência, convertidos em assuntos de primeira hora.

A data da comemoração do Centenário da Independência foi tomada como pretexto pela elite política e intelectual para inspirar na população o sentimento de

pertencimento à nação argentina. Impulsionados pelos grupos dirigentes, múltiplos setores sociais foram, de alguma forma, incluídos nos preparativos de manifestações que tinham por objetivo resgatar a “argentinidade” e as tradições históricas, o que acabou transformando as festividades num modo de enfrentar a heterogeneidade étnica causada pela grande porcentagem de imigrantes.

Para resgatar o sentimento nacional, a elite intelectual propunha retornar ao passado, às origens, em busca de uma definição do ser essencialmente argentino. Nesse sentido, a identidade nacional, antes simbolizada pelo imigrante europeu, passou a ser problematizada a partir de outra perspectiva, na qual a herança colonial, outrora repudiada pelos liberais, foi recuperada e considerada parte integrante do novo modelo nacional.

Conforme demonstrou José Luis Beired, naquele ambiente de debate sobre a nacionalidade, produziu-se uma surpreendente mudança de posição em relação à herança espanhola na Argentina e sobre as relações que deveriam ser estabelecidas entre ambas as nações. Parte de um processo de circulação de ideias que conectou os dois lados do Atlântico, essa redefinição repercutiu sobre as representações das identidades nacionais, mobilizando defensores e críticos da tradição hispânica.

Nicolas Shumway destaca a existência, no século XIX, de uma corrente que concorria com a anti-hispanista, defendia as mesclas culturais e se orgulhava da tradição hispânica como nacionalista ou populista e a relacionou aos nomes de José Hernández, Olegario Andrade e Carlos Guido y Spano. Para este historiador, o nacionalismo era, antes de mais nada, nativista, orgulhoso da herança hispânica e de sua mistura étnica e rejeitava o racismo “esclarecido” dos liberais argentinos. A perspectiva criollista também foi resultado dessa visão otimista acerca do passado colonial. Originando-se no campo literário, o criollismo utilizava-se da mitificação do passado e do discurso telúrico, e associava a colonização espanhola a um período positivo da história argentina, pois considerava que foi a partir da miscigenação com os espanhóis que surgiu o tipo gaúcho identificado, por esses intelectuais, como aquele que melhor representaria a nação argentina. Estas perspectivas foram, portanto, retomadas num momento crucial para a nação argentina.

A *RDHL* difundiu o hispanismo à medida que Zeballos¹¹, membro da Academia Argentina da Língua, empenhava-se em consolidar o castelhano como língua oficial,

contribuindo de forma direta para que o legado espanhol e a hispanidade fossem relidos a partir de uma perspectiva positiva como aglutinador da nova identidade em processo de construção.

Por meio das ideias hispanistas, Zeballos pretendia promover a integração dos imigrantes espanhóis deixando para trás sua posição estigmatizada associada à hispanofobia. A carga simbólica negativa foi voltada a outros grupos étnicos mais vulneráveis e com menor possibilidade de integração. Por isso, entendemos que a revalorização positiva dos espanhóis, do “sangue ibérico” e da “raça hispânica”, tal como eram por ele enunciados, só se deu de maneira fortuita às expensas da exclusão de outros contingentes imigratórios, aos quais foram atribuídas as características de exóticos e marginais.

A nacionalidade aflorava, mais uma vez, como uma questão que se buscava definir e revelava, outrossim, a debilidade do estado argentino e o caráter ainda incompleto de sua organização política e institucional. Passados mais de vinte anos desde o início dos debates pela nacionalização dos estrangeiros, a situação parecia não apresentar mudanças significativas.

De acordo com Zeballos, o assunto deveria interessar, sobretudo, aos estrangeiros, que acreditavam ser cidadãos europeus, mas que, na realidade, não possuíam pátria alguma, já que não desempenhavam ação cívica para contribuir nem com o progresso de sua pátria de origem, nem para a que os havia acolhido. Entretanto, notamos que ele buscou dialogar com outro público, dirigindo seu discurso à juventude que ocupava os assentos universitários e que era composta, em grande medida, por filhos de imigrantes considerados elementos chave para a definição da nacionalidade:

El millón y doscientos mil argentinos, hijos de europeos, que se hallan en este caso, están llamados a formar la cabeza de la columna, en la solución de tan arduos y complejos problemas y en las leyes orgánicas que requieren. Honrarán así a sus padres, cuya situación es injusta e incómoda en los hogares argentinos, porque esos hombres sienten la voluntad de ser ciudadanos legales, porque lo son ya en el hecho social y económico, en el derecho privado y solo les falta la consagración del derecho público! Yo no concibo nada más digno de la piedad filial que obtener algún día la carta de naturalización de sus progenitores, que tornar a los hogares con la doble alegría del que va a honrar a su padre y al nuevo ciudadano de la República.¹²

A questão não era pertinente apenas aos “novos argentinos”, mas, também, a

seus pais, cuja situação jurídica ainda era incerta apesar de radicados há muitos anos no país. E, mais uma vez, Zeballos evocava sua naturalização. Cabe ressaltar que esta postura destoava daquela outrora enunciada por Alberdi, quem defendia que a manutenção da nacionalidade original dos imigrantes, tanto para eles, quanto para seus filhos, contribuiria para seu arraigo na América, sintetizada na proposta do *jus sanguinis*.

Zeballos enunciava também o caráter efêmero representado pelos festejos do Centenário e garantia que a naturalização dos estrangeiros contribuiria para uma mudança profunda e permanente que atingiria as estruturas políticas do país, marcando o início de uma etapa mais madura e construtiva:

... en la República Argentina no existen organizaciones políticas de partidos permanentes, sino individualismos que pretenden dirigir la opinión pública, para los cuales sería el golpe definitivo la incorporación de cientos de miles de electores calificados de nacionalidades extranjeras en su origen. Todos los recursos (...) han sido agotados para despertar el espíritu público argentino en materia electoral. (...) La naturalización de los extranjeros producirá un sentimiento reflejo. ¡Entonces los argentinos por amor propio no les cederán la urna e irán a disputársela con voto!¹³

Este discurso de Zeballos fora proferido em um momento emblemático, já que poucos meses depois, no ano de 1912, teve início a reforma eleitoral proposta por Roque Sáenz Peña e em março daquele ano foram realizadas em Santa Fé as primeiras eleições sob seu funcionamento. O voto ainda não era secreto, mas se deu em caráter obrigatório e foram utilizados registros militares, garantindo a eleição de Manuel Menchaca, representante do radicalismo, ao governo da província; dias mais tarde, foram realizados pleitos para deputados nacionais em todo o país e, mais uma vez, em várias regiões, a União Cívica Radical voltou a triunfar.

A instauração do sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório levou a uma forçosa ampliação da participação política das massas e, dessa forma, os filhos de estrangeiros nascidos na Argentina que, por conseguinte, eram cidadãos, viram-se obrigados a votar. Contudo, a Lei Sáenz Peña era ainda bastante excludente, pois não permitia o voto feminino e nem dos inúmeros estrangeiros que viviam no país sem possuir a nacionalidade argentina. A proposta difundida por Zeballos, por sua vez, conservava-se a mesma desde 1887 e demonstrava ser mais democrática, já que abarcava a grande maioria de homens maiores de dezoito anos.

¹ Doutora em História pela Unesp/Assis e docente de História da América na Universidade Estadual de Londrina.

² Roca promoveu a unificação da moeda, a consolidação do exército nacional e, a partir da lei de territórios nacionais, fortaleceu o Estado, buscando apresentar a imagem de um país mais sólido e confiável economicamente.

³ Publicado em 1852, este livro serviu de base para a Constituição da República Argentina de 1853.

⁴ Os imigrantes desenvolveram uma intensa vida associativa, formando coletividades que gravitavam em torno das sociedades de ajuda mútua, clubes, instituições recreativas, hospitais, escolas e também da imprensa.

⁵ ZEBALLOS, E. Escuelas populares. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo IX, 1901, p. 110.

⁶ *Ibidem*, p. 111.

⁷ *Ibidem*, p. 111.

⁸ *Ibidem*, p. 112.

⁹ ZEBALLOS, E. S. El escudo y los colores nacionales. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo VII, Buenos Aires, 1900, p. 279.

¹⁰ ZEBALLOS, E. Discursos escolares. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XI, Buenos Aires, 1901, p. 289-299.

¹¹ Rafael Monner Sans foi colaborador da *RDHL* e, nas homenagens póstumas prestadas a Zeballos, fez questão de destacar que deveria ser lembrado como um eloquente defensor do hispanismo.

¹² ZEBALLOS, E. Discursos escolares. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XI, Buenos Aires, 1901, p. 301.

¹³ *Ibidem*, p. 301-302b.